



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte vereadores presentes, há quórum.

Algum vereador não conseguiu dar presença? Vereadores Tiago Albrecht, Vera Armando, Ramiro Rosário, Karen Santos, Natasha Ferreira e Atena Roveda estão presentes.

Havendo quórum, passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente; subo aqui para atualizar esta Casa a respeito de um tema que é de interesse da cidade. No aniversário de Porto Alegre, de 253 anos, que a gente ainda vive sob os reflexos da grande enchente de maio de 2024, eu trago com alegria a notícia de que aquela ação judicial que foi movida pela Prefeitura na semana passada, arrolando moradores e moradoras atingidos pela enchente na Rua Aderbal, no bairro Sarandi, saiu ontem a decisão judicial que suspende qualquer intervenção por parte da Prefeitura, qualquer obra que



possa causar danos e risco às famílias que ainda residem lá. Além disso, remete ao Cejusc essa negociação para que a Prefeitura, sobretudo o DMAE, tenha que negociar com as famílias para que elas possam ter garantido o seu direito à moradia digna e segura, para que elas possam ter garantido o seu direito de escolher a sua moradia e de sair daquela sua residência com as condições de escolher um lugar onde elas possam viver a sua vida plenamente. Esse direito que estava sendo atacado por uma intenção que é muito menos de proteger a cidade e muito mais de fazer propaganda política por parte do DMAE, que até hoje não resolveu os problemas de alagamento em Porto Alegre, que até hoje não deu respostas sobre a sua negligência, mas que estava tentando acelerar a obra de um pedaço do dique do Sarandí, sendo que o estudo técnico para o projeto do resto da obra definitiva do dique só vai ser licitada em julho, Ver. Ramiro Rosário, que junto comigo acompanha e monitora o tema das obras no sistema de proteção contra as cheias. Então, Ver.^a Cláudia, o nosso mandato, que tem acompanhado de perto esse tema junto com outros colegas aqui da Casa – sobretudo o Ver. Marcos Felipi, que também tem se dedicado ao acompanhamento daquelas famílias – fez a defesa judicial dessas famílias e ontem conseguimos essa dupla vitória. A vitória de que ninguém vai ter o seu direito à moradia violado para fazer uma negociação intempestiva, no afogadilho, sem garantir o básico. E, ao mesmo tempo, que a Prefeitura sente com esses moradores para tratar um tempo que seja um tempo justo. Porque a pergunta que a gente faz ao governo é: por que acelerar a saída de 24 famílias que, Presidente, não estão se negando a sair, mas que querem ter as condições dignas de sair das suas residências, se a obra vai ficar parada? Por quê? Por que violar o direito de quem já sofreu tanto, se a obra vai ficar parada? Porque eu volto a dizer, o estudo técnico do resto da obra só vai ser licitado em julho. Nós fizemos um pedido, inclusive, administrativo, de informações sobre qual é a justificativa técnica da Prefeitura e do DMAE para fazer um pedaço de uma obra e depois deixar a obra parada por tanto tempo. Para nós, isso cheira à falta de planejamento, que é o mesmo que a gente vem batendo já desde o início desse processo de reconstrução da



cidade. Reconstruir Porto Alegre é preciso a partir de novos paradigmas. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) O paradigma da justiça climática e da justiça social é um deles, da garantia do direito à moradia digna e segura é um deles e o paradigma do respeito a quem luta pelos seus direitos também. Então nós queremos um sistema de proteção contra as cheias que proteja Porto Alegre. Agradecemos ao governo federal que já mandou R\$ 6,5 bilhões para reconstruir a nossa cidade, mas nós queremos, sobretudo, que essa reconstrução seja dialogada com quem foi atingido pela enchente e tem o direito de ser assim reconhecido, de sentar na mesa para ajudar a traçar os melhores caminhos para Porto Alegre ser uma cidade resiliente. Então hoje é o dia de aniversário de Porto Alegre, um dia de alegria da vitória que nós tivemos ontem no Sarandi, mas também é um dia que nós não podemos esquecer o que Porto Alegre tem sofrido nos últimos períodos e essa era mais uma tentativa, mais um ataque que a Prefeitura estava impondo àqueles que já muito sofreram, muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana.

A Ver.^a Atena Roveda está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.) (Desiste.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, camarada Atena, por ceder a inscrição, estou utilizando hoje o tempo da tribuna, porque foi anunciado o valor do aumento da passagem da cidade para R\$ 5,00. Isso é uma pauta muito cara para o nosso mandato, uma pauta cara no bolso do trabalhador, que vem financiando um sistema que está em crise, e a política do governo Melo vem sendo aprofundar a crise. As pessoas vão ter que gastar R\$ 10,00 do seu rendimento mensal para conseguir acessar o trabalho. A gente discutiu nesta Câmara um pacote de modificações da política do transporte, eu me recordo que no período do Marchezan estava disponível no *site* da



Prefeitura quanto a passagem diminuiria caso aprovassem a saída dos cobradores, quanto a passagem diminuiria com a venda da Carris, quanto a passagem diminuiria com a aprovação da taxa de mobilidade urbana – que foi o único projeto de lei do pacote do Marchezan que não foi aprovado pelo governo Melo – e quanto a passagem diminuiria com a redução do acesso ao Tri estudantil. O governo Melo, desde então, implementou todo esse pacote, esse arcabouço de modificações da política do transporte, vem subsidiando, somente no ano passado, R\$ 180 milhões dos cofres públicos para fazer a manutenção da passagem em R\$ 4,80; e, neste ano de 2025, vem anunciando o aumento da passagem em R\$ 0,20 para R\$ 5,00. Essa conta não fecha! Como os secretários e os técnicos do governo Marchezan faziam um anúncio de que, se aprovasse o pacote, a passagem diminuiria até R\$ 2,70; esse pacote foi aprovado, e agora a gente segue financiando, com o recurso público, e o trabalhador na roleta. Eu não acho, colegas vereadores, que a gente tem que aceitar esse aumento da passagem sem questionar, sem, no mínimo, solicitar uma auditoria. O Marchezan também, na sua gestão, fez uma contratação de uma auditoria, uma auditoria que custou R\$ 300 mil aos cofres públicos, e essa auditoria, colegas vereadores, foi inconclusiva, sabe por que, Ver.^a Grazi? Porque as empresas de transporte se negaram a apresentar as documentações. Então não dá para a gente seguir com a desculpa de que há uma crise no transporte, e, sim, a gente sabe que a crise é a crise do povo, que vem pagando uma passagem cara com ônibus precário, sujo, inseguro, aumentando a passagem para R\$ 5,00 reais – isso tem um impacto enorme no custo de vida das famílias –, sem um questionamento em relação aos valores reais do custo do transporte hoje na nossa cidade.

Para concluir, no final do ano de 2024, a Prefeitura, em decisão da justiça, foi obrigada a assumir os custos do sistema de bilhetagem eletrônica, que hoje, pasmem, é feito pela própria empresa de transporte, a ATP. A Prefeitura, então, encaminhou que houvesse um estudo da Fundação Getúlio Vargas, e esse estudo ainda não foi apresentado a esse mandato que fiscaliza esses contratos. Então, a gente não tem, por um lado, informação em relação



aos estudos que estão sendo contratados com dinheiro público; por outro lado, segue uma ilegalidade em relação àquilo que está previsto no contrato das empresas de ônibus. Eu fui uma militante que ocupei esta Câmara de Vereadores em 2013, para que Porto Alegre tivesse um processo de licitação do transporte coletivo. Porto Alegre estava há 20 anos sem licitação, por isso que a gente ocupou a Câmara de Vereadores em 2013. A licitação é feita, em 2015, há um contrato, e, desde 2015, esse contrato não é respeitado. Então, a gente precisa enfrentar o que significa ter uma máfia, ter um monopólio, Tiago Albrecht, tu que defendes o livre mercado... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Como a gente vai ter livre mercado, se hoje a gente tem que ter um monopólio desses consórcios, que inviabilizam a gente conseguir ter acesso às documentações, às metas de qualidade, e que seja respeitado aquilo que está em contrato. Nem s isso a gente está conseguindo ter acesso, em âmbito de Câmara de Vereadores. Então, eu convido os meus pares a se manifestarem em relação a esse aumento abusivo, de R\$ 5,00, que não teve um fundamento. Se fôssemos uma Câmara séria, no mínimo, a gente estaria encaminhando uma auditoria em relação a todos esses custos do transporte na cidade.

Para finalizar, no dia de hoje, os estudantes estão chamando uma manifestação. Novamente, a importância do movimento estudantil, a importância do movimento dos trabalhadores se imobilizarem frente a uma Câmara cada vez mais omissa à máfia do transporte da cidade; cabe aos trabalhadores, aos estudantes, de novo, como em 2013, chamar a responsabilidade para si, para tentar barrar esse aumento da passagem. Esse é o meu convite, essa é a convocatória.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Karen.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas; eu vou fazer uma de Raul Seixas agora com a Juliana de Souza aqui, agora eu vou subir aqui para desdizer tudo aquilo que ela disse antes. No dia do aniversário de Porto Alegre, 253 anos, o presente do Poder Judiciário para a cidade é barrar obras do sistema de proteção contra as cheias. Eu não consigo conceber, eu não consigo acreditar como pessoas que estão dentro de seus gabinetes no ar condicionado, conseguem tomar uma decisão de uma forma tão rápida, com uma assinatura, determinando a paralisação de uma obra que é fundamental para milhares de porto-alegrenses, idosos, crianças, mães, pais. Trinta e três famílias, 33 famílias há muitos anos invadiram uma área que não é delas, ocuparam um espaço que não pode ser ocupado, construíram casas com encanamento precário, clandestino, sobre o dique, o que não pode acontecer, causaram danos ao dique e agora o Poder Judiciário simplesmente diz: “Não. Parem as obras. As famílias têm o direito de permanecer lá por mais um tempo.” A vereadora do PT disse antes aqui que a luta, o que eles buscam é um tempo justo para que se possa fazer a discussão. Qual tempo é justo, quando nós corremos atrás do tempo, justamente para reconstruir em alguns pontos, construir um sistema de diques que, ao longo do tempo, não nos protegeu, e quando foi testado demonstrou a sua total ineficiência – um terço da cidade de Porto Alegre ficou sob a água. Eu não consigo conceber, eu não consigo entender como agentes públicos, políticos, membros do Judiciário, que viram tudo que a cidade sofreu há menos de um ano, são capazes de dar uma decisão judicial dessas e de celebrar essa decisão. Isso é inadmissível. O Brasil está virado do avesso. O Poder Judiciário tem esticado essa corda ao longo dos anos. Nós temos visto intervenções indevidas do Poder Judiciário nos demais poderes, dia após dia; essa intervenção, Juliana, não faz bem para o bom andamento da máquina pública. Está em liderança, e nós temos...

(Vereadora Juliana de Souza no microfone de apartes.)



VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Nádia, tem liderança? Tem aparte? Não? Mas posso... Depois a gente prossegue.

(Presidente responde que, durante a Comunicação de Líder, o aparte é vetado regimentalmente.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Eu não consigo conceber como pode o Poder Judiciário interferir, do alto do seu senso de justiça, interferir em outros poderes, paralisando obras essenciais para a cidade de Porto Alegre. Inclusive eu, em 2023, ingressei com uma representação também, Juliana, no Ministério Público e falava, nessa representação no Ministério Público, justamente, sobre o caso dos diques do Sarandi e também de áreas onde nós temos comunidades irregulares que foram ocupadas indevidamente, ilegalmente, que não possibilitam, por exemplo, que máquinas do DMAE possam ingressar para fazer a dragagem, a limpeza de arroios. O que o Ministério Público respondeu? Quando nós recorremos ao Ministério Público, pedimos ao Ministério Público que trouxesse segurança jurídica... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...para que aí sim fosse feita uma intervenção a favor de milhares de pessoas para que se possa ter um serviço de drenagem, dragagem de arroio e a própria revisão do sistema de proteção contra as cheias. O MP, Ministério Público, simplesmente arquivou o requerimento, arquivou o processo seis meses antes da enchente, seis meses antes do próprio Sarandi ficar com mais de quatro metros de água dentro das casas. E nós vimos essa situação, nós vivenciamos essa situação. Eu não consigo entender como celebrar, Juliana, que nós tenhamos qualquer tipo de paralisação. É para sair imediatamente, é para sair imediatamente. Sejam essas 30 e poucas famílias, sejam outras pessoas que estejam ocupando um local que dificulta a proteção da cidade contra as águas. Mas, infelizmente, o Judiciário e, nesse caso, o Ministério Público, que arquivou, lá atrás, o processo, seis meses antes da enchente, para justamente remover essas pessoas, agora concede uma liminar



para conceder mais tempo a essas pessoas para que elas possam ficar sobre o dique e danificando sua... Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Ramiro. A senhora tem uma questão de ordem? Pois não.

Vereadora Juliana de Souza (PT) (Questão de Ordem): Uma questão de ordem, Presidente, tem um erro de informação que foi passado pelo Ver. Ramiro, porque a Rua Aderbal, a qual se refere esse processo judicial, é uma rua em processo de regularização fundiária, que inclusive, o Nedel esteve nesta Casa pedindo recursos dos vereadores, e que conta com uma emenda da ex-vereadora Laura Sito no valor de R\$ 85 mil para auxiliar no processo de regularização fundiária. Não se trata, portanto, de uma área de ocupação irregular, lá as famílias moram em um processo de urbanização, vão sair por uma obra que é necessária para a cidade, e a decisão judicial impede a realização da obra neste período em que as famílias ainda estão saindo das suas casas; todas sairão. E, vale ressaltar, mais uma vez, que, em virtude dos próprios prazos da Prefeitura, a continuidade da obra só será feita após julho. Portanto, é importante a gente tratar com as informações certas nesta Casa. Eu inclusive quero aqui só finalizar referindo a importância do MAB, da Renap, da Comissão Fiscaliza Sarandi nesse processo da luta dos moradores.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada vereadora, está anotado.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente Ver.^a Comandante Nádia, senhores e senhores vereadores; como diz a Ver.^a Juliana, “subo aqui”, venho aqui nesta tribuna, depois de escutar a minha presidente da CUTHAB, a Ver.^a Karen, sou súdito, na CUTHAB, da Ver.^a Karen. Mas,



vereadora, escutei a senhora reclamando que foi pouco o aumento da passagem. É isso? Aumentou pouco? A senhora queria que fossem os nove e pouco que seriam necessários se não houvesse essas nossas mudanças que fizemos aqui, que votamos aqui, a passagem estaria a R\$ 9,00, a passagem viável.

O prefeito Melo, com a sua sensibilidade, que a senhora defende muito, eu reconheço que a senhora defende as pessoas que mais precisam, mas o prefeito, com a sensibilidade que tem, aumentou pouco. Eu acho, eu entendi aqui que a senhora reclamou do preço que foi muito baixo, que ele teve que dar mais dinheiro da Prefeitura para o transporte. É verdade! É verdade! O prefeito não quis aumentar a passagem, porque quem paga é aquele trabalhador que, muitas vezes, não tem a carteira assinada, desde o ambulante, a diarista, todas as pessoas que não têm carteira assinada, e são muitas nesta cidade, pagam uma passagem enorme e não têm condições. Então, esse aumento que houve de 20 centavos, todo mundo achou que seriam seis, sete, a oposição esperou isso, esperou que fosse um aumento considerável, mas não houve. A passagem ficou em R\$ 5,00, e a Prefeitura vai participar para que não haja mais aumento, vai participar com aporte financeiro para o transporte. Não é para a empresa de transporte; tem cálculo técnico, as pessoas fazem os cálculos, fazem a média, os quilômetros, nós podemos discutir se tem que ser com ônibus grande ou pequeno, alguns trechos, isso é verdade, isso eu concordo também. Mas reclamar de uma passagem barata, eu achei engraçado, no mínimo engraçado, Ver. Tiago Albrecht, V. Exa. que está fazendo conta ali. Eu nunca imaginei que a oposição fosse reclamar de uma passagem muito barata, mas aconteceu aqui hoje. A Ver.^a Karen reclamou que a passagem de Porto Alegre está muito barata, que o prefeito aumentou muito pouco a passagem. E eu quero aplaudir o prefeito por não ter aumentado muito essa passagem para as pessoas que mais precisam.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Idenir Cecchim.



Vereadora, o microfone de aparte não é para ficar respondendo aos vereadores, a senhora, por favor...

Vereadora Karen Santos (PSOL): Preciso fazer esta questão de ordem.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pois não.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Não, é uma questão de ordem, porque aquilo que fala na tribuna descaracterizou a minha fala. Eu estava justamente denunciando que esse aumento da passagem, Ver. Cecchim, não tem fundamento técnico, porque não foi apresentado nenhum tipo de cálculo. Antigamente, o cálculo era apresentado no Conselho de Mobilidade – Commu – Conselho Municipal de Mobilidade Urbana –, e a gente, nesta Casa, tirou essa atribuição do conselho. Então, não teve uma apresentação de um cálculo e, na época do gestor Marchezan, que o senhor fazia parte do governo, foi dito que se aprovassem diversos projetos, e esta Câmara aprovou, Ver. Cecchim, a passagem reduziria. Eu não estou entendendo qual a motivação e o fundamento técnico desse aumento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora, obrigada.

O Ver. Marcos Felipi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Boa tarde a todos que nos escutam, todos os presentes. Queria aqui me somar à fala do Ver. Ramiro Rosário, da decisão do juiz Mauro Borba. É sempre bom a gente esclarecer os fatos aqui para lembrar porque aquelas pessoas, as 57 famílias, ainda não estão com a chave da casa que foi prometida. O programa Compra Assistida é do governo federal. Quem trata dele é a Caixa Econômica Federal.



Há um tempo, nós tivemos algumas reuniões e fizemos um pedido, a Câmara assinou. A Ver.^a Juliana assinou junto comigo, deputados federais também. Pedido para flexibilizar o programa, tirar o habite-se, a Caixa não ser tão rigorosa para que, quando as pessoas achassem uma casa, pudessem pegar a chave daquela casa. Até hoje, nenhuma resposta. Nenhuma resposta. Vamos lá. O DMAE já tinha feito 1,6 quilômetros de dique, alteamento, a 5,80 metros. E essa fase da obra do dique vai até a parte do rompimento, ou seja, até a pior parte do dique, ou seja, um dos lugares onde mais água entrou no bairro Sarandi. Mais da metade das pessoas já assinou o termo para sair. E a Prefeitura começou a demolição daquelas casas para retomar a obra, tendo em vista que vai completar um ano da pior tragédia da nossa história. E só no Sarandi foram mais de 25 mil pessoas que ficaram embaixo d'água. Mas o juiz Mauro Borba, além de não conceder a reintegração de posse da Prefeitura para que as pessoas que ainda não saíram, que devem sair, sabem que devem sair - só não saíram porque ainda não têm a chave do programa do governo federal -, não só não deu razão para a Prefeitura, como mandou parar a obra. E na decisão dele ainda diz que a Prefeitura não comprovou risco imediato a justificar a retirada das famílias neste momento. A Prefeitura não comprovou risco imediato e concreto de colapso iminente. A obra vai até a parte do dique que foi rompido. Foi feito um fechamento provisório. Onde é que está esse juiz, ele não anda pela cidade? Tem que sair do ar condicionado e ver a realidade? Quem estava lá ajudando e passou por aquilo sabe da importância dessa obra de proteção contra as cheias na cidade. Então, além de parar a obra, traz, no seu despacho, trechos que relatam que não sabe a realidade da nossa cidade. Um gestor público, quando toma uma decisão, tem que prever a consequência. Está lá na LINDB – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Um vereador, quando vota um projeto, tem que prever a consequência do voto dele. E quando um juiz faz uma decisão dessas, cadê a consequência disso? Hoje, se a obra está parada, se não tem obra do dique, de reconstrução da cidade e proteção contra as cheias, nós devemos dar um nome: o juiz Mauro Borba. Um magistrado decidiu parar a obra do dique de proteção contra as



cheias que estava sendo feita, para proteger mais de 25 mil pessoas do bairro Sarandi. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Marcos Felipi. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; eu vim hoje aqui ensinar a todos, a todas a soletrar uma palavra pequena. Vamos comigo: erre, e, u – réu, réu, réu, réu, réu, réu. Bolsonaro e sua trupe são réus. Parabéns ao Supremo Tribunal, à Procuradoria, os defensores da democracia, de indiciado virou réu, aí está. Vamos passar o Brasil a limpo. Golpistas, golpistas resmungam aqui, eu ouço um zumbido. Eles resmungam, porque eles sabem que vão ter que gastar muito dinheiro para levar cigarro até a Papuda para o Bolsonaro, porque, sem cigarro, ele não poderá ficar. Os correligionários vão ter que apoiá-lo, e é longe a Papuda. Então, não fiquem intranquilos, fiquem calmos. Agora terá toda a defesa, e tem bons advogados, isso é de se admirar. Resgataram o tal Demóstenes Torres, que foi senador cassado, para ser advogado de um dos réus. Olha só onde é que eles foram juntar, eles juntaram um cassado para ser o advogado. Está difícil a vida! Tiveram que resgatar lá nas profundezas dos covis do Senado Federal. Os piores senadores da República agora viraram advogados do bolsonarismo. Que tristes tempos, hein?! Que dificuldade! Mas eu quero comemorar. Viva o Brasil, viva a bandeira do Brasil, viva o hino nacional, viva a nossa Pátria brasileira, mãe gentil, viva o povo trabalhador, que lutou muito para termos democracia e termos mandatos. Os mandatos são da democracia, o povo votou em nós. E tinha gente querendo passar por cima do povo para se agarrar no poder, ficar ali e não sair mais, ficar sugando o povo, quando deixaram de fazer políticas públicas, foram demitidos no voto e tentaram o tapetão, um golpe – não levaram, e agora a prisão os espera. Então, hoje, eu digo a todos os bolsonarentos da Nação: chorem, chorem



bastante, mas chorem na cama, porque a cama é quentinha, não vão passar frio, chora lá no quarto, calma, não incomode a vizinhança, não saem chorando pela rua. As pessoas vão ficar preocupadas, vão querer indicar um psicólogo, alguma coisa, que está difícil, porque não tem serviço de psicologia pública para todo mundo. Então, por favor, deem o jeito de vocês, chorem, lamentem em casa, às escondidas, não nas ruas, porque nas ruas é comemoração do povo.

E, por último, para dizer ao governo de Sebastião: eles falam que querem resolver o problema da enchente, isso é uma farsa, isso é uma mentira! A Ver.^a Juliana falou bem aqui, é vitória do povo, porque, se eles quisessem resolver, teriam feito o que mais de cem páginas os técnicos do DMAE mandavam, as obras de prevenção no sistema. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Não é agora que eles querem fazer, agora é simulacro para quando estiverem completando um ano da enchente, o Melo quer tirar uma foto para dizer que está fazendo alguma coisa. Melo, então, abre um buraco aqui, abre um buraco aqui na orla, aqui no Muro da Mauá, e tira uma foto ali, comece uma obra ali, porque ali não começou nada agora, que alagou todo o Centro, os comerciantes perderam tudo, os moradores da Cidade Baixa, do Menino Deus. Tenha vergonha, governo Melo! E dizer aqui, por último, que acham pouco 20 centavos, 20 centavos é uma fortuna que vai enriquecer os empresários, que já ganharam R\$ 180 milhões só no ano passado, direto do cofre público, dinheiro que era para a merenda das crianças, vaga em creche, leito em hospital, botaram na conta dos megaempresários, sem cobrar ônibus novo, sem cobrar o cumprimento da tabela horária. Então tenham vergonha e parem com esse aumento, porque, se vocês não pararem, nós vamos barrar na justiça.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada Ver. Jonas.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente Nádia. Ao mesmo tempo em que cumprimento V. Exa., peço a sua atenção, assim como, na medida do possível, de todos os vereadores e vereadoras. Ontem, à noite, fiz uma ligação ao líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, para compartilhar com o vereador, e compartilho também com os demais neste momento, que obtive, na tarde de ontem, o acolhimento de uma ação judicial, obtive uma liminar suspendendo a lei e quaisquer efeitos que ela possa ter tido, a lei que reorganizou o Conselho Municipal do Meio Ambiente na cidade de Porto Alegre. Eu considero, Ver.^a Grazi, essa uma vitória da proteção ambiental na cidade, considero que essa ação judicial feita por mim, pelo nosso mandato coletivo, é também uma ação do conjunto da oposição, Ver. Jonas Reis. E compartilho aqui porque acredito que esteja na memória de todos os vereadores e vereadoras a sessão que tivemos discutindo a proposição do Executivo de alteração do Conselho Municipal do Meio Ambiente. E, Vereadora-Presidente Comandante Nádia, lembro que naquela tarde uma colega vereadora alegou que os argumentos apresentados desta tribuna por mim e pela bancada de oposição não passavam de lorotas. Pois bem, Ver. Fleck, a justiça, e é evidente que cabe recurso, reconheceu os argumentos que apresentei naquele dia desta tribuna, e talvez tenha sido a tarde que eu mais ocupei a tribuna desde que sou vereador. O primeiro argumento, Ver.^a Mariana Lescano, é o argumento de que o Executivo não poderia alterar o Conselho do Meio Ambiente sem deliberação e análise da Conferência Municipal do Meio Ambiente. Vejam que isso não é uma posição minha, isso é o que diz a atual legislação vigente nesta cidade. E isso foi acatado pela justiça. Assim como foi acatado, Presidente, o alerta que fiz que, em determinado momento da sessão, a sessão perdeu o seu quórum. A justiça, Ver.^a Natasha, líder do Partido dos Trabalhadores, diz o seguinte: “a redução no caráter democrático e participativo da formação do conselho é de constitucionalidade questionável.” E, veja, a justiça diz o seguinte: “na prática, representará o esvaziamento das decisões, com o poder municipal detendo a maioria dos votantes.” Nós passamos a tarde inteira discutindo, sem quase



uma manifestação sequer da base aliada, trazendo os argumentos que motivavam as oito emendas que nós apresentamos. E eu queria, para finalizar, mais uma vez em diálogo com o Ver. Cecchim, a Ver.^a Cláudia Araújo, que foi pela primeira vez, Ver.^a Cláudia, que eu levei as minhas divergências políticas para o Judiciário. Foi a primeira vez. E eu assim o fiz, porque, apesar de acreditar naquele momento que era possível chegarmos a um acordo, de fato o espaço de negociação não foi estabelecido. Eu cheguei ao ponto, Ver.^a Karen, de ir a uma agenda com o secretário do Meio Ambiente para tentar negociar e não fui recebido. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Fiquei esperando o secretário chegar. De algum lugar, chegou uma posição do Executivo a esta Casa de que não deveríamos negociar as emendas que nós apresentamos. E eu dizia naquele momento que eram oito, e nós exigíamos apenas três. Eu reconheço a maioria que existe nesta Casa, mas a maioria não pode significar a inviabilização da política, do debate, da reflexão sobre o que chega para a votação nesta Casa. A maioria não pode significar arbitrariedade, a maioria não pode significar que se pense que se pode aprovar nesta Casa o que se bem entende, sem levar em consideração a legislação que existe nesta cidade. Então, para concluir, Presidente, eu comemoro aqui uma liminar que significa proteção ambiental, mas uso esse exemplo para dizer: nós precisamos reestabelecer a política nesse espaço. A gente tem perdido esse caráter na Câmara Municipal. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovani.

A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas, pessoal que está nos assistindo através da TVCâmara; bom, eu venho aqui hoje, mais uma vez, demonstrar que estamos juntos com o Presidente Bolsonaro e que sabemos que, nos últimos dois dias, o que vimos não foi um julgamento. Que ele iria se tornar réu também não nos surpreende,



afinal, isso aqui é um jogo de cartas marcadas, um teatro de urubus, uma farândola, o que quiserem chamar.

O que nos surpreende foram atitudes de advogados, inclusive advogados que fazem parte deste Parlamento, vibrando porque o advogado Sebastião Coelho foi proibido de participar do julgamento. O que me deixa, mais uma vez, estarecida, é ver uma Corte que tem o inimigo político daquele que está sendo julgado, o Dino; o advogado do opositor político do Bolsonaro, o Zanin; o advogado do PT, o Fachin. Aí, além de tudo isso, a gente tem o Alexandre de Moraes como vítima, inquisidor, julgador. Então, querem falar sobre imparcialidade? Não tem como no Brasil de hoje.

Outro ponto é que a gente viu o Alexandre de Moraes debochar dos 14 anos de prisão da Débora, uma mãe de família, uma mulher sem antecedentes criminais, e tudo isso ser aplaudido por aqueles que dizem defender os direitos humanos. Agora, sabemos também o final desse processo. Infelizmente, a gente já sabe que a condenação existe antes mesmo de o fato ter acontecido. Porque o que eles querem é fazer do Brasil uma Venezuela piorada, porque aqui a coisa é mais escrachada ainda, é o teatro dos urubus do STF pior. Mas nas ruas, Ver. Jonas, vai continuar o povo lutando pela sua liberdade. Por isso que dia 6 de abril, em São Paulo, o povo estará, mais uma vez, lutando contra a ditadura da toga que é instaurada neste Brasil, contra a morte da democracia, e voltamos a dizer: em 2026, eleição sem o Presidente Bolsonaro, isso sim, é golpe. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Mariana Lescano, não tendo mais nenhum vereador que queira usar liderança, vou suspender a sessão para que nós possamos ingressar, juntamente com o combinado de fazermos um bloco na sessão conjunta. Eu solicito ao presidente da CCJ, Ver. Ramiro Rosário, para que venha presidir. A senhora tem uma questão de ordem?



Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão na reunião conjunta – porque tinha sido enviado e eu não sei o que aconteceu – um título de cidadão. Se todos os colegas concordarem, já tem um parecer, e a gente poderia fazer essa inclusão, que eu acho que não tem desacordo de nenhum colega.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(Suspendem-se os trabalhos às 16h30min para a realização da Reunião Conjunta das Comissões.)

(O Ver. Moisés Barboza assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): (17h32min) Estão reabertos os trabalhos. Solicito a abertura do painel eletrônico para a verificação de quórum. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para orientar os colegas, a 009ª Sessão Extraordinária foi aberta e agora, dentro da 009ª Sessão Extraordinária, o Sr. Presidente está solicitando a abertura do painel para a Ordem do Dia.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Solicito o registro da presença da Ver.^a Natasha Ferreira.

(17h35min) Presentes, 25 vereadores. Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 01 ao PLE nº 008/25, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 ao PLL nº 008/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 080/22 seja a segunda matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje, após o projeto do Executivo. Assim como a gente acordou no início da sessão e combinado com os líderes.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Qual o número na priorização?

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Ele é o quarto. Ele passa a ser o segundo.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento da Ver.^a Grazi Oliveira. O requerimento da Ver.^a Grazi solicita que o PLL nº 080/22, da autoria do Ver. Matheus Gomes, que obriga as empresas do município de Porto Alegre que possuem, em seus quadros, 50% ou mais de empregados homens, a oferecerem anualmente formação continuada em aspectos de violência contra as mulheres, seja colocado esse projeto em segundo da nossa ordem de votação na priorização de projetos.

Por favor, Ver. Idenir Cecchim.



VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, realmente a vereadora modificou onde diz “obriga” por “recomenda” e tem acordo para que seja o segundo a ser votado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Após manifestação do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, alguém contrário? (Pausa.) Não havendo votos contrários, está aprovada a alteração da ordem de votação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): É só alteração da ordem de votação. Ele será enfrentado *a posteriori*, depois de enfrentarmos o primeiro projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura do PLE nº 011/25.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Registro a presença do Ver. Jonas Reis, que não conseguiu registrar no seu painel, e do Ver. Aldacir Oliboni.

Em discussão o PLE nº 011/25. Não há quem queira. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria. Ó, por isso que eu perguntei, é melhor vocês, que são do mesmo partido, se conversarem. O Ver. Jonas quer discutir. (Pausa.) Ele quer discutir. (Pausa.) Atenção, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não havendo inscritos para discutir, vamos encaminhar. O Ver. Aldacir Oliboni está inscrito para encaminhar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, o nobre colega Ver. Moisés Barboza; colegas vereadores e



vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. O projeto que ora estamos encaminhando, enviado pelo governo, autoriza o governo a chamar em torno de 20 a 30 servidores para o HPS – isso é na área da saúde –, em diversas funções, seja na área da enfermagem, biólogos, agentes de endemias e assim por diante. Observando o projeto de lei, eu estava conversando aqui com o secretário André, que faz parte do secretariado do governo municipal, sobre os concursos feitos nessa área, por que estariam chamando, por exemplo, técnicos em enfermagem, e não chamando do concurso 742? Pois 358 pessoas passaram no concurso, e até então tem 345 para serem chamadas. Por que no concurso de biólogos, no concurso 683, foram aprovadas 8 pessoas, foram chamadas 5 e ainda 3 não foram chamadas? Por que no concurso de agente de endemias, feito inclusive no ano passado, se eu não me engano, no concurso 05 de 2023, foram aprovados 64 e nenhum foi chamado? Pois são agentes de endemias, para combate à dengue, que está uma epidemia em Porto Alegre. A resposta que eu recebo do governo é que todos esses cidadãos e cidadãs que foram aprovados, que se inscreverem para serem chamados nesta contratação temporária, terão prioridade. Vamos supor que esse concurso, que esse chamamento temporário, dure dois anos, e nesse período eles sejam chamados para a mesma área da saúde, mas em outro local, eles não perderão a vaga. Então, eu queria deixar esclarecido isso, porque é uma posição de governo; a nossa posição é que enquanto tiver alguém que passou no concurso público, o justo seria que eles fossem chamados sem estarem em um período de temporário. Por isso que o projeto é da área da saúde, nós achamos que tem uma enorme importância, é um projeto estratégico, mas queira ou não, ainda são muito poucos, porque nós sabemos que o HPS precisa muito de servidores, de apoio financeiro e de portas abertas em todas as suas áreas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos,
Ver. Aldacir Oliboni.



O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 011/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, é importante esclarecer ao povo da cidade que a necessidade de RH, por exemplo, na Vigilância Sanitária, é uma necessidade permanente. Quero só dar o exemplo do número de pessoas que são responsáveis por fiscalizar açougues, supermercados, fruteiras, restaurantes – temos apenas duas pessoas. Então eu quero dizer a toda a população, se hoje alguém contrair uma bactéria, ficar com problema de saúde por conta de um alimento contaminado, é responsabilidade do governo Melo, que sucateou a Vigilância Sanitária. Deveria fazer concurso público para pessoal permanente. Nem viaturas novas a Vigilância Sanitária tem para ir atrás e vigiar, olhar, fazer a vigilância, ela não consegue mais. Eu conversava lá com a Vigilância Sanitária, vereadoras, vereadores, e eles me disseram: “Ver. Jonas, nós não temos como ir a todos os supermercados e açougues da cidade, a menos que tenha denúncia.” Como que a gente vai esperar uma denúncia? Não! A vistoria tem que ser periódica, inclusive nos restaurantes, de todos os equipamentos, tem que ser periódica, não pode ser por denúncia. Onde já se viu, se alguém contrair uma bactéria? E falo aqui com o médico Alexandre Bublitz! Só se a pessoa ficar doente, só se a pessoa ocupar a fila do SUS é que a vigilância vai existir para o povo? Não, está errado. O governo está errado nisso, não pode ser temporário. Nós vamos votar a favor, mas a gente cobra que seja permanente, porque é melhor ter o temporário do que não ter nada, mas a gente precisa de concurso público. O prédio da Vigilância Sanitária, isto é uma denúncia, está sendo esvaziado pelo governo Melo, que não zela pela saúde dos consumidores da capital, não zela. A crise sanitária tem nome e sobrenome: governo Melo. Se hoje as pessoas adoecem, eu inclusive já tive problemas em alguns restaurantes, já fiz a denúncia, mas aí a Vigilância só vai com denúncia, não pode ser assim. Então população de Porto Alegre, alerta total. Liguem para o 156, peçam pela Vigilância, denunciem. Onde tiver



alimento podre, onde tiver condições de acondicionamento de alimentos precários que vocês identifiquem, porque agora a Vigilância Sanitária da capital é o próprio povo, é a própria população. Eu já fui em fruteira, vocês não têm noção, frutas podres sendo vendidas; já fui em açougue, eles botam a parte podre da carne para baixo, é um absurdo, gente! Porque não tem vigilância sanitária, e não é por que a Vigilância que está lá não quer trabalhar, não tem pessoal em número adequado. E eles querem um contrato temporário, pasmem, apenas para dois veterinários! Vocês acham que dois veterinários apenas vão conseguir ir em todas as clínicas e empresas que fazem castração de animais? Não vão! A vida dos animais que estão sendo castrados, a vida dos animais, dos *pets*, que são companheiros das famílias, estão ameaçadas, porque não tem vigilância sanitária, não tem veterinários, para ver se as condições de guarda dos medicamentos são realmente adequadas e dos utensílios utilizados para castração nessas clínicas privadas estão realmente cumprindo com a legislação. Então, a minha solidariedade total a vocês, trabalhadoras da Vigilância Sanitária, é por vocês que nós, da oposição, votaremos, não é pelo governo, é por vocês que estão sobrecarregados. Mas a gente pede aqui, a gente roga concurso público, sem contar que a dengue, todos os anos é o mesmo problema, não tem o número adequado de agentes de endemia para fazer a colocação das armadilhas para monitorar os bairros - as armadilhas que capturam os mosquitos da dengue, nós não temos! E ele pede aqui 16, quando a necessidade é de pelo menos 300 agentes de endemia. É disso que se trata. O governo simula que está posicionado a favor do povo, mas na verdade é mais uma atuação do governo Melo enganando a população.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 011/25.



VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): O Jonas Reis tem que objetivar as coisas, nós temos que ter atitude. Cada situação e a forma como tu vais lidar tem seu tempo, a gente tem que agilizar as coisas. Se o governo está precisando, nós, vereadores, escutamos na rua as necessidades. Esse negócio aí tu botas só a questão da dengue, a questão da saúde, tem que trabalhar em cima desse fato que está gerando uma séria consequência na saúde, que o mosquito está superlotando a saúde e, muitas vezes, ceifando vidas. Então eu acho importante a gente votar este projeto e agilizar. Jonas Reis, menos barulho e mais atitude. Eu falo um negócio, se quisesse fazer as coisas de verdade, trazia ideia útil aqui, não ficava aqui discutindo como tosquia de porco, muito barulho e pouca lã. O Simers? O que tem o Simers? O que tu queres com o Simers? O Simers está lá e o Gringo está aqui, e o Gringo não tem hora e nem dia, é só o povo chamar que eu estou à disposição para trabalhar, e tu sabes que aqui tem coragem e não tem medo de fiscalizar. O, Jonas, te convido, vamos juntos fazer fiscalização. Vamos? Quer ir comigo? Mas tu tens que aguentar o tirão, 24 horas, e colocar na rede, chama aqui, chama aqui que nós vamos lá. Eu quero ver tu aguentares o tirão; trabalho, atitude, velocidade, as coisas têm que acontecer para o bem da população. Chega de enrolação! Isso aqui, pelo amor de Deus, tchê, não dá mais.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Gilvani.
Não havendo mais inscritos para encaminhar. (Pausa.)

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu fui citado pelo vereador, então eu tenho que dizer: quem não aguenta o tirão aqui é o governo e quem está na Comissão de Ética, porque o Simers entrou contra V. Exa., não contra mim.



PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu peço, encarecidamente, aos vereadores e vereadoras, que o microfone de apartes é para questão de ordem. Dá o enquadramento e fala a questão de ordem.

Não havendo mais encaminhamento. (Pausa.) Não havendo vereadores contrários à proposição. Está **APROVADO** o PLE nº 011/25.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLL nº 080/22.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em discussão o PLL nº 080/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Grazi está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde para quem nos acompanha presencialmente e também pela TVCâmara. Bom, gente, nessa semana, o batom foi tema desta tribuna, e eu fiquei, de fato, reflexiva sobre a importância do batom para quem utiliza ou faz a utilização dele. Algumas utilizam o batom para deixar o recado para a sociedade, como aconteceu recentemente, inclusive, correndo risco de ser condenada a 14 anos, mas outras pessoas utilizam para passar o batom e outras utilizam para salvar vidas. E foi assim com a campanha nacional que nós tivemos aqui no Brasil com a Campanha Sinal Vermelho. (Pausa.) (Mostra um “x” desenhado com batom na própria mão.) Mulheres de todo o Brasil, ao utilizar o batom, utilizaram para salvar as suas vidas.

E nós estamos aqui, hoje, trazendo uma proposta de projeto que possa sanar um dos maiores problemas que nós temos, não só no Brasil, mas também em Porto Alegre. Nós somos 54% da população feminina e esta população é carente de políticas públicas que combatem a violência contra as mulheres. O projeto que nós estamos apresentando aqui, ele foi proposto, em 2022, pelo atual deputado Matheus Gomes, que na época era vereador, e ele traz a proposição de que empresas que tenham 50 ou mais trabalhadores



homens possam ter formação sobre a violência contra as mulheres. Homens estes que na maioria são os que causam esses dados alarmantes que nós temos de violência. Hoje, no Rio Grande do Sul, a cada 62 horas uma mulher é vítima de feminicídio. No ano de 2024, foram 70 mulheres mortas aqui no Rio Grande do Sul, mais de 50 crianças órfãs, em 2024. Então este projeto traz a ideia de recomendar que as empresas que têm, na sua maioria, trabalhadores homens possam fazer de fato formação continuada, possam fazer de fato um trabalho para a sociedade extremamente fundamental, que é mais uma possibilidade de termos uma política que ajude no combate. Não vai resolver. Um curso de formação não resolve a vida e nem os problemas das mulheres, mas ajuda a resolver os problemas das mulheres. E aí, gente é importante dizer que dentro deste projeto nós fizemos emendas para qualificar, para tornar esse projeto possível e viável à aprovação dos colegas vereadores e vereadoras. Nós trouxemos a ideia de que ele seja uma recomendação, já que não está sobre a nossa responsabilidade obrigar que as empresas façam isso, mas a gente está recomendando que elas façam isso. Este projeto traz a possibilidade de nós aproveitarmos o selo Mulheres Seguras, que foi aprovado, que se tornou lei e foi aprovado aqui nesta Casa, sobre a autoria da Abigail e a coautoria da nossa companheira Cláudia Araújo. O projeto que foi aprovado aqui nesta Casa do protocolo “Não é Não” nos traz a possibilidade de dizer que aquelas empresas que aderirem à política de combate à violência contra as mulheres possam efetivamente ser reconhecidas e ganhar o selo Mulheres Seguras. Então, o que nós vamos estar votando agora é um projeto de lei que foi se adequando para garantir que a gente possa trazer mais um respiro para as mulheres cidadãs da nossa cidade de Porto Alegre. Nós defendemos piamente que a gente possa ter empresas amigas das mulheres, que defendam as mulheres e que sejam contra a violência às mulheres, na luta por mulheres seguras, na luta para que a gente não precise mais usar o sinal vermelho. Obrigada.



PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Não há inscritos para encaminhar. (Pausa.) Temos cinco emendas, diretor. Todas as cinco emendas não estão destacadas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as emendas sejam votadas em bloco, porque a emenda foi construída com a liderança do governo, a vereadora fez o que foi pedido. Faz o bloco. Quem quiser votar contra, vota contra; quem quiser votar favorável, vota favorável, e tudo bem.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Consulto os líderes se alguém se opõe à formação do bloco das Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04 e 05 ao PLL n^o 080/22. Não havendo oposição das lideranças, temos acordo para votar o requerimento de formação do bloco. Alguém é contrário? Ninguém é contrário, está aprovado o bloco. Vamos votar o bloco. Algum vereador ou vereadora se opõe? Não havendo oposição está...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu acabei de fazer todo o procedimento: formação de bloco, houve acordo, aprovaram a formação de bloco das Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04 e 05. Agora é a apreciação “sim” ou “não” do bloco.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, Ver. Tiago Albrecht e Ver. Ramiro Rosário, o bloco composto pelas Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04 e 05 ao PLL n^o 080/22, após acordo dos líderes. (Pausa.)

Apenas respondendo ao Ver. Alexandre, o Presidente não vota este projeto. Eu perguntei se poderia votar. Ver.^a Natasha, a senhora está com problema no... A senhora quer registrar o seu voto a favor, vota “sim”? A Ver.^a Natasha vota “sim”. É que a senhora sempre pede, a gente vai ter que ver o



que aconteceu no seu painel, faça um requerimento. (Pausa.) Eu estava aqui ouvindo o Ver. Pedro Ruas.

(Após a apuração nominal.) Com 18 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**, está **APROVADO** o projeto.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): As emendas, é verdade. Muito obrigado, muito obrigado. Estão aprovadas as emendas, Ver.^a Grazi, precisamos votar o projeto, certo? Estão aprovadas as emendas, vamos agora apreciar o projeto.

Ninguém é contrário ao projeto?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Então, tem que pedir, vereador, votação nominal.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Tiago Albrecht, Ramiro Rosário, Mariana Lescano e Jessé Sangalli, o PLL nº 080/22. (Pausa.) E eu não vou ficar ouvindo aqui o Ver. Pedro Ruas, senão eu perco dez segundos preciosos. (Pausa.) A Ver.^a Juliana registra seu voto: vota “sim”. Eu fiz a consulta porque o Ver. Alexandre veio pedir o meu voto e eu, infelizmente, não posso votar. (Pausa.)

(Após a votação nominal.) Um minuto e trinta e cinco segundos, **APROVADO** o projeto, com 18 votos **SIM** e 7 votos **NÃO**.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL): Presidente, não tinha como não vir aqui agradecer a todos que apoiaram o projeto. Este projeto foi construído por muitas mãos, nasce de uma ideia de combate à violência contra as mulheres, então, fica o registro. Hoje nós tivemos uma atividade solene, hoje é



aniversário de Porto Alegre, mulheres constroem Porto Alegre, então salvem as mulheres! E é pela vida das mulheres. Obrigada.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Parabéns, Ver.^a Grazi. Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): A requerimento da Ver.^a Cláudia Araújo, solicito a abertura do painel para colher as presenças das senhoras e dos senhores vereadores. (Pausa.) Estamos aguardando o tempo regimental de 1 minuto e 30 segundos. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Seis vereadores presentes. (Pausa.) Um minuto e trinta segundos. Não há quórum para seguirmos a sessão. Encerro os trabalhos na tarde de hoje, convidando todas as senhoras e todos os senhores para segunda-feira às 14h. Está encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h07min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
